

Pragmatismo e palavras de ordem

*O nacionalismo: um perigo para a expansão pacífica da China?**

33

SUI SHENG ZHAO

Se há uma coisa na China que une a população e a direção do Partido trata-se do nacionalismo, que se alimenta do sentimento de o país ter sido humilhado no passado e no presente por nações estrangeiras. O Partido Comunista tenta equilibrar-se sobre o fio da navalha, buscando, por um lado, atrair a população para si através de uma retórica nacionalista e, por outro, mostrar-se como parceiro previsível nas relações internacionais.

No transcurso dos conflitos em torno do avião de espionagem norte-americano que se chocou em 2001 com um caça a jato chinês, aterrissando na ilha de Hainan diante da costa chinesa, o *Washington Post* escolheu como manchete “Novo nacionalismo impulsiona Pequim”.¹ Uma advertência desse tipo reflete o sentimento de apreensão que o crescente nacionalismo chinês desperta em alguns cidadãos dos Estados Unidos e de outros países. Eles se perguntam se o “século chinês da vergonha e da humilhação” teria gerado um nacionalismo maléfico que faria transcorrer a expansão da China de forma menos pacífica. Diferentemente de alguns estudiosos mais prudentes, que tentaram identificar os limites do nacionalismo chinês, essas pessoas vêem um nacionalismo temerário em ação, que teria sido gerado pelo tradicional sinocentrismo da China, assim como por tendências muito atuais a procura de prestígio e poder.

* Publicado em *Internationale Politik – China, China, China*, DGAP, n. 12, p. 24-30, dez. 2005.

1. John Pomfret. New nationalism drives Beijing: hard line reflects popular mood, *Washington Post*, 04.04.2001, pág. A01.

Embora em seu livro mais recente Peter Gries manifeste compreensão pelas “reclamações justificadas” em relação às potências ocidentais, ele também mostra como um amplamente difundido nacionalismo de caráter emocional, que estaria sendo reforçado por “relatos de vitimização”, [...] “começa a influenciar a política externa chinesa”.² Essa percepção retoma a observação de Richard Bernstein e Ross Munro segundo a qual “a China, incentivada por ânimos nacionalistas, pelo anseio de redenção das humilhações do passado e pelo simples desejo de reconhecimento internacional, ambicionaria substituir os EUA como potência dominante na Ásia”.³

Com efeito, não é muito difícil encontrar indícios que tornam plausível essa advertência, começando pelos inúmeros jornais anti-americanos da imprensa marrom de grande vendagem, lançados nas últimas décadas, passando pelas pedras jogadas contra a embaixada norte-americana em 1999 – por vingança pelo bombardeio acidental da embaixada chinesa em Belgrado por parte dos EUA – até as mais de 20 milhões de assinaturas coletadas no início de 2005 pela internet para protestar contra a candidatura do Japão por um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Enquanto o governo chinês se esforça ao máximo para obter prestígio, reconhecimento, honra e respeito no cenário internacional, cientistas chineses argumentam publicamente em favor de uma política externa chinesa com maior capacidade de se impor e de fazer exigências. Muitos no Ocidente sentiram-se chocados quando na primavera deste ano milhares de manifestantes marcharam pelas grandes cidades chinesas, gritando palavras de ordem e jogando pedras, garrafas e ovos contra os consulados do Japão, para protestar contra a autorização de manuais de história japoneses, que na sua opinião reduziam a importância das atrocidades cometidas pelos japoneses durante a guerra, e também contra as polêmicas visitas ao santuário de Yasukuni (onde são homenageados soldados japoneses caídos na guerra) por parte do primeiro ministro japonês Junichiro Koizumi.

I. A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO NACIONALISMO

O nacionalismo chinês, entretanto, é um fenômeno muito mais complexo do que aparentam as palavras de ordem e protesto carregadas de

2. Peter Gries: *China's new nationalism*, Berkeley 2004, págs. 12, 134.

3. Richard Bernstein e Ross H. Munro. The coming conflict with America, *Foreign Affairs*, março/abril de 1997, pág. 19.

emoção. Como instrumento do Estado comunista destinado a garantir o apoio da população em uma era de rápida e turbulenta transformação de uma sociedade comunista para uma sociedade pós-comunista, ainda assim o crescente nacionalismo não fez o governo chinês renunciar a uma atuação sensata no âmbito de sua política externa. Uma vez que os dirigentes chineses declararam a paz e o desenvolvimento como seus objetivos principais, e dado que eles considerem o bem-estar econômico tanto um caminho para a manutenção do poder do Partido Comunista como igualmente um fundamento para os crescentes anseios nacionais da China, eles não podem permitir que surtos de emoção nacionalista ponham em perigo o objetivo maior da modernização econômica, sobre a qual se assenta, em última instância, sua legitimidade. Assim, eles tentam evitar confrontos com os Estados Unidos e outras potências ocidentais que detêm em suas mãos a chave para a modernização da China, ou seja, certamente não é de seu interesse permitir que a política externa da China lhes seja imposta pela retórica nacionalista das ruas.

Com efeito, o Estado comunista tem explorado o nacionalismo como compensação ou até quase como substituição para a ideologia comunista, que perdera importância na era pós-Mao. Depois da perda de credibilidade da ideologia comunista, diversos intelectuais chineses voltaram-se para as idéias liberais do Ocidente, reivindicando uma democracia nos moldes ocidentais, o que levou, na primavera de 1989, às gigantescas manifestações na praça de Tiananmen. Restituir a legitimidade do regime comunista e reconquistar o apoio de amplas parcelas da população, mostrou-se, após esses acontecimentos, uma das tarefas mais difíceis para os dirigentes do Partido. Para esses efeitos, instrumentalizou-se o nacionalismo. Deng Xiaoping e seus sucessores Jiang Zemin e Hu Jintao agitavam a bandeira do nacionalismo, que se lhes apresentava como o meio ainda mais confiável para ganhar a lealdade do povo chinês – e que além disso era o único valor compartilhado tanto pelo regime como por seus críticos. Os pragmáticos dirigentes do Partido esforçavam-se com ânsia para apresentar-se como os defensores do orgulho e dos interesses nacionais da China.

A luta contra as sanções do Ocidente e em favor da entrada da China na OMC, o sucesso em conseguir evitar a independência de Taiwan e a escolha de Pequim como sede dos Jogos Olímpicos de 2008 reforçaram a convicção dos nacionalistas de estarem com a razão. Para obter o máximo benefício do nacionalismo, o governo comunista iniciou, nos anos 90, uma ampla campanha propagandística em favor de uma educação patriótica. Nessa campanha,

não se fazia menção implícita ao nacionalismo. Pelo contrário, falava-se de “patriotismo” para ganhar a lealdade da população, que em termos gerais tinha todo tipo de motivos para estar insatisfeita. O núcleo da campanha para uma educação patriótica era constituído pela noção de *guoqing jiaoyu* (esclarecimento sobre as características nacionais), com o que se buscava expressar, de forma unívoca, que as particularidades nacionais da China eram únicas e não se adequavam a uma democracia liberal conforme o modelo ocidental. Ao invés disso, deveria manter-se o atual sistema de partido único para não comprometer a estabilidade política e assim os requisitos para o rápido crescimento econômico. Dessa forma, a campanha renovava a legitimidade do regime comunista sobre o fundamento da estabilidade política e a expansão econômica. Na medida em que fortalece a consciência nacional chinesa e transforma antigas humilhações e atuais debilidades em força motriz da modernização, o nacionalismo demonstra ser um instrumento eficaz para aumentar a legitimidade do Estado comunista; jogar a cartada nacionalista em caso de problemas com países que se mostram hostis é um lance especialmente bem-sucedido. Como dizia Liu Ji, um antigo alto funcionário, a solidariedade entre os chineses aumenta tão logo eles se sentem ameaçados por forças externas, e o nacionalismo vira então um instrumento útil para o regime no sentido de justificar seu papel hegemônico.⁴

Ameaças externas são uma fonte do nacionalismo chinês, uma vez que o sentimento de o país ter sido tratado com injustiça pelas potências estrangeiras no passado está profundamente enraizado, além de o *qiangguomeng* (o sonho de uma China forte) ser compartilhado por todos os setores da sociedade chinesa. A elite política da China começou a adaptar as doutrinas modernas do nacionalismo somente depois que a Guerra do Ópio contra as forças britânicas em 1840-1842 terminara em fragorosa derrota para a China, resultando finalmente no colapso do império chinês e na perda da soberania nacional para as potências imperialistas. Desde então, o anseio nacional de reconstituição da China com o objetivo de anular a humilhação imperialista é um tema recorrente da política chinesa. Quem quisesse governar a China precisava apresentar e implementar um programa de salvação nacional. Desde o início do século XX, o elo de ligação entre quase todos os poderosos dirigentes políticos da China, desde Sun Yatsen e Chiang Kai-shek, passando por Mao Tsé-Tung, Deng Xiaoping e Jiang Zemin até Hu Jintao, era o pro-

4. Liu Ji. Making the right choice in twenty-first century sino-american relations, *Journal of Contemporary China*, Vol. 7, n. 17, 1998, pág. 92.

fundo ressentimento em relação às humilhações da China e a determinação de reconquistar a legítima posição da China no mundo dos estados nacionais.

2. NACIONALISMO ÉTNICO, NACIONALISMO LIBERAL E NACIONALISMO DE ESTADO

Os dirigentes do partido chinês competiam entre si pelo melhor programa nacionalista para a construção de um Estado nacional conforme a opinião de cada um. No mínimo, três correntes diferentes do nacionalismo fizeram-se presentes na China moderna. Uma delas é o nacionalismo étnico, que vê a nação como forma política de um determinado grupo étnico, conduzindo freqüentemente à aspiração pela construção de um Estado nacional étnico. No caso da segunda corrente, trata-se do nacionalismo liberal, que define a nação como uma união de cidadãos, que não têm só a obrigação de defender seu Estado, mas que possuem igualmente direitos individuais (de co-determinação). A terceira corrente é a do nacionalismo de Estado, que define a nação como unidade política e territorial. Um Estado desse tipo fala em nome da nação e exige dos cidadãos a subordinação de seus interesses individuais aos do Estado. O nacionalismo chinês começou como um movimento de libertação sob liderança da maioria Han com o objetivo de derrocar a minoria Manchu. Desde 1911, após a queda da dinastia Qing, tanto o Kuomintang como também o posterior regime comunista definiam a nação chinesa como um ente político multiétnico, onde apenas se consentia o nacionalismo de Estado. O nacionalismo étnico perdurou somente entre as minorias étnicas nas fronteiras da China, como por exemplo os habitantes do Tibete e da Mongólia, aos quais é negado o direito a um Estado autônomo. Eles representam uma séria ameaça para a união do Estado multiétnico chinês. O nacionalismo liberal tinha sido assumido no início do século XX para renovar a China através de reformas políticas e sociais. Nacionalistas liberais identificavam-se com o Estado chinês como contraponto ao imperialismo e pressionavam por participação política para liberalizar o Estado autoritário. Após a criação da República Popular (1949), diversos nacionalistas liberais valeram-se da Campanha das Cem Flores de 1957 para criticar o monopólio de poder do Partido Comunista chinês. Muitos deles foram vítimas de cruéis “depurações”. Os nacionalistas liberais, que novamente vieram a público depois da morte de Mao, reivindicavam a adoção de ideais liberais e democráticos como a melhor opção para concretizar a renovação nacional da China. Ao mesmo tempo desconfiavam de que as potências ocidentais (sobretudo EUA e Japão)

estariam tramando contra a China para destituí-la de sua condição de grande potência. Foi igualmente o nacionalismo liberal que, em abril passado, motivou os jovens manifestantes antijaponeses a ir para as ruas. Os nacionalistas liberais exigiam do governo que cumprisse a promessa de defender os interesses de segurança nacional da China, ao mesmo tempo em que reivindicavam o direito de participação da população nas decisões do governo em geral e na definição da política externa em especial – uma área que até então tinha sido monopólio do Estado. Eles acusavam o regime de ter flertado demais com o Japão em anos passados e de ser excessivamente tolerante em relação aos EUA. Na opinião deles, faltavam ao regime auto-segurança e competência para representar os interesses nacionais essenciais para a sobrevivência da China.

3. NATIVISMO, ANTITRADICIONALISMO E PRAGMATISMO

A medida que cresce sua autoconfiança, o nacionalismo liberal desenvolve semelhanças com os modelos de política exterior do nativismo de outrora. No passado, o nacionalismo sempre provocou a xenofobia. Ao mesmo tempo, ele inspirou gerações de intelectuais chineses a resistirem ao imperialismo e a desenvolverem concepções de modernização que imitavam o Ocidente. Os nacionalistas chineses sempre estiveram divididos sobre qual seria o melhor caminho para conseguir reativar a China. Em consequência, eles desenvolveram pelo menos três vertentes nacionalistas diferentes: o nativismo, o antitradicionalismo e o pragmatismo. Essas três vertentes baseiam-se em hipóteses distintas sobre as razões para a fragilidade nacional da China, defendendo enfoques individuais para a reativação do país.

O nativismo considera a influência do imperialismo sobre a autoconfiança da China e a destruição das virtudes chinesas herdadas do passado como as raízes da fragilidade do país, reivindicando o retorno à tradição e à autonomia chinesa. Muitas vezes ele é acompanhado de uma agressiva xenofobia e reage com excessiva sensibilidade a supostas ofensas por parte de estrangeiros.

O antitradicionalismo, ao contrário, vê a tradição chinesa como fonte de fragilidade, rejeita totalmente essa tradição e é a favor da adoção irrestrita da cultura, do modelo econômico e do desenvolvimento político do exterior. Ele defende a adaptação a um sistema internacional “progressista” ou “moderno”.

O nacionalismo pragmático opta por um caminho intermediário. Ele reconhece na ausência de modernização da China o motivo pelo qual o país, de um modo geral, foi capaz de virar uma presa tão fácil do imperialismo ocidental e, por isso, é a favor de tudo o que possa promover a modernização da

China e a adaptação a um mundo em transformação. O nacionalismo pragmático é uma doutrina motivada pelo interesse nacional, uma ideologia agnóstica, que não tem nada, ou muito pouco, em comum tanto com o marxismo como com o liberalismo.

Desde o início das reformas orientadas para a economia de mercado nos anos 80, predomina na China o nacionalismo pragmático, embora o nativismo e o antitradicionalismo permaneçam à espreita no segundo plano. Nos assuntos internacionais, o nacionalismo pragmático tende a reagir, antes mesmo do que a agir, na medida em que os dirigentes pragmáticos do Partido invocam o nacionalismo sempre que a pressão percebida de fora ameaça colocar em perigo, solapar ou destruir os interesses da China. Naturalmente, os quadros pragmáticos do Partido sabem que o nacionalismo é uma faca de dois gumes, pois se, por um lado, ele é utilizado pelo Partido Comunista chinês para afirmar sua pretensão de liderança, por outro lado ele serve como critério para o povo chinês (particularmente a elite liberal-nacionalista) avaliar justamente esse mesmo governo. Assim, dirigentes que não cumprissem suas promessas nacionalistas ficariam muito expostos à crítica nacionalista. Dessa forma, o nacionalismo poder-se-ia revelar uma caixa de Pandora. Sem quaisquer restrições, ele poderia deflagrar forças indesejadas, provocando conseqüências pouco agradáveis.

Avaliando cuidadosamente os aspectos positivos e negativos, os dirigentes pragmáticos do Partido tentavam evitar que os ânimos nacionalistas dos chineses se transformassem em crítica da política externa do país. Embora nacionalistas populares tenham convocado o governo a assumir uma linha dura contra as pretensas provocações por parte de norte-americanos e japoneses, os dirigentes pragmáticos do Partido não esqueceram que o sucesso econômico da China depende fortemente de sua integração com o resto do mundo e, principalmente, da cooperação com os países ocidentais altamente desenvolvidos. Partindo da percepção de que o declínio da União Soviética no transcurso da Guerra Fria deveu-se sobretudo à sua política de enfrentamento com os Estados Unidos na luta pela posição de superpotência mundial (o que exauriu completamente os recursos econômicos e militares do país), os estrategistas da adaptação pragmática tentavam defender os interesses nacionais da China através da expansão das relações com as potências mundiais. Conseqüentemente, eles ressaltavam os princípios da coexistência pacífica, da orientação pacífica, da ascensão pacífica e do desenvolvimento pacífico enquanto a China ascendia rumo à superpotência.

Com base nesses princípios, os dirigentes pragmáticos do Partido denominavam o nacionalismo de uma força, que precisava ser “conduzida em trilhos”. Isso podia significar, por exemplo, restringir ou proibir por completo manifestações estudantis contra os EUA e o Japão. Pois os dirigentes do Partido em Pequim ficaram, de fato, extremamente preocupados com as manifestações antijaponesas de princípios de 2005, visto que tinham consciência de que esse tipo de paixões significava brincar com fogo, o que poderia não só levar a confrontos com o exterior, mas também a voltar-se contra o próprio governo. Pequim acabou dando fim a esse exercício de equilíbrio sobre a corda-bamba através da proibição de manifestações em fins de abril. Diversos organizadores de petições pela internet e de atos de protesto foram presos. Durante as delicadas celebrações com motivo do 4 de maio, a polícia permaneceu em situação de prontidão permanente em todas as grandes cidades do país, visando evitar uma retomada dos protestos antijaponeses. Isso traz à tona a colisão inicialmente mencionada do avião de espionagem norte-americano com o caça a jato chinês sobre o Mar do Sul da China em abril de 2001. Diante do acirramento dos ânimos nacionalistas, a conduta oficial de Pequim nesse momento foi mostrar-se particularmente inflexível, na medida em que anunciou que a tripulação do avião seria libertada somente após uma desculpa formal pelo incidente por parte do governo norte-americano. Quando o ministro das Relações Exteriores, Colin Powell, usou as palavras *very sorry* [lamentamos muito, em português] em relação ao falecido piloto chinês e à aeronave destruída, Pequim aceitou esse *very sorry* como equivalente a uma desculpa, libertando a tripulação no dia seguinte. A mídia chinesa foi instruída a traduzir a expressão *very sorry* de Powell por *baoqian* – uma palavra que apesar de diferir em uma letra do termo chinês para “desculpas”, possui quase o mesmo significado que a originalmente exigida *daoqian*. Os dirigentes chineses interpretaram esse *very sorry* como escusa válida e consideraram as manifestações norte-americanas de “pesar” e de “desculpas”, que visavam em primeiro lugar a perda do piloto e do avião, como uma confissão de culpa por todo o incidente. Embora o governo chinês mantivesse sua retórica inflexível para efeitos de política interna, ele fez obviamente tudo que lhe era possível para evitar, durante essa crise, o confronto com os EUA, assim como colocar em risco a boa cooperação.

Essa estratégia aparentemente contraditória, de lançar mão de um discurso inflexível e ao mesmo tempo agir de forma previsível, mostra que o crescente nacionalismo não fez a política externa chinesa tornar-se nem excepcionalmente avessa à cooperação nem irracional; naturalmente, isso não

significa que a disposição da China para a cooperação seja ilimitada. Embora a China tenha permanecido um Estado comunista autoritário, ela não é mais governada por líderes carismáticos como Mao Tsé-Tung ou Deng Xiaoping, que possuíam a autoridade para dirimir controvérsias no âmbito do grupo dirigente ou então para definir pessoalmente os rumos do país. Hoje os dirigentes chineses precisam levar em consideração os mais diversos grupos de eleitores enquanto sua capacidade de ação se vê cada vez mais restringida pelo crescente sentimento nacionalista na sociedade chinesa. Como resultado das reformas e das medidas liberalizantes, os políticos tornaram-se dependentes da opinião pública. Hoje, através do telefone e da internet, o chinês médio dispõe de inúmeras fontes de informação e encontra formas e meios de expressar sua opinião, mesmo que ela seja nacionalista. Resta perguntar, portanto, se a democratização tornará a ascensão da China realmente mais pacífica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- POMFRET, John. New nationalism drives Beijing: hard line reflects popular mood. *Washington Post*, 04/04/2001, pág. A01.
- GRIES, Peter. *China's new nationalism*. Berkeley, 2004.
- BERNSTEIN, Richard, MUNRO, Ross H. The coming conflict with America. *Foreign Affairs*, mar./abr. 1997.
- LIU Ji. Making the right choice in twenty-first century sino-american relations. *Journal of Contemporary China*, v. 7, n. 17, 1998.

SUISHENG ZHAO, Ph.D. e catedrático, é diretor executivo do Centro de Cooperação China-EUA no Instituto de Estudos Internacionais da Universidade de Denver, e redator-chefe da revista *Journal of Contemporary China*. Em 2003, publicou: "Chinese foreign policy: pragmatism and strategic behavior" (A política externa da China: pragmatismo e comportamento estratégico).